



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Defensoria Pública-Geral

Projeto de Lei - DPDF/DPG

PROJETO DE LEI Nº /2023

(Autoria do Projeto: Defensoria Pública do Distrito Federal)

Altera a Lei nº 6.407, de 31 de outubro de 2019, que dispõe sobre a carreira Defensor Público do Distrito Federal, a Lei nº 5.173, de 19 de setembro de 2013, que reajusta as tabelas de vencimento das carreiras que menciona e a Lei nº 4.516, de 25 de outubro de 2010, que cria a Carreira de Apoio à Assistência Judiciária no Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O Anexo Único da Lei nº 6.407, de 31 de outubro de 2019, passa a vigorar conforme o Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica alterado o quantitativo de cargos das carreiras de Analista de Apoio Jurídico à Atividade de Assistência Jurídica e Analista de Apoio Especializado à Atividade de Assistência Jurídica, constante no Anexo I da Lei nº 4.516 de 25 de outubro de 2010, que passa a vigorar com 801 (oitocentos e um) cargos.

Art. 3º O Anexo III da Lei nº 5.173, de 19 de setembro de 2013, passa a vigorar conforme o Anexo II desta Lei.

Art. 4º O Anexo II da Lei nº 4.516, de 25 de outubro de 2010, passa a vigorar conforme o Anexo III desta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correm à conta das dotações orçamentárias da Defensoria Pública do Distrito Federal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de julho de 2023, com exceção do disposto no art. 2º desta Lei que terá vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO I

ANEXO ÚNICO

QUADRO DE VAGAS DA CARREIRA DEFENSOR PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

CARGO	QUANTITATIVO
DEFENSOR PÚBLICO DE CLASSE ESPECIAL	100
DEFENSOR PÚBLICO DE CLASSE INTERMEDIÁRIA	110
DEFENSOR PÚBLICO DE CLASSE INICIAL	130

ANEXO II

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS

DEFENSOR PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

CARGO	VENCIMENTO 07/2023	VENCIMENTO 07/2024	VENCIMENTO 07/2025
DEFENSOR PÚBLICO DE CLASSE ESPECIAL	R\$ 26.531,81	R\$ 28.123,72	R\$ 29.811,14

DEFENSOR PÚBLICO DE CLASSE INTERMEDIÁRIA	R\$ 25.205,22	R\$ 26.717,53	R\$ 28.320,59
DEFENSOR PÚBLICO DE CLASSE INICIAL	R\$ 23.944,97	R\$ 25.381,66	R\$ 26.904,56

ANEXO III

ANEXO II

TABELA DE REMUNERAÇÃO DA CARREIRA DE APOIO JURÍDICO E DE APOIO ESPECIALIZADO À ATIVIDADE DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA

JORNADA DE TRABALHO: 35 HORAS SEMANAIS

(Art. 2º da Lei nº 4.516/2010)

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO	VENCIMENTO	VENCIMENTO
			jul/23	jul/24	jul/25
ANALISTA DE APOIO JURÍDICO À ATIVIDADE DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA ANALISTA DE APOIO ESPECIALIZADO À ATIVIDADE DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA	ESPECIAL	III	R\$ 7.639,70	R\$ 8.098,08	R\$ 8.583,96
		II	R\$ 7.488,21	R\$ 7.937,50	R\$ 8.413,75
		I	R\$ 7.337,28	R\$ 7.777,51	R\$ 8.244,17
	PRIMEIRA	VI	R\$ 7.186,33	R\$ 7.617,51	R\$ 8.074,56
		V	R\$ 7.035,39	R\$ 7.457,51	R\$ 7.904,96
		IV	R\$ 6.884,27	R\$ 7.297,32	R\$ 7.735,16
		III	R\$ 6.733,32	R\$ 7.137,32	R\$ 7.565,56
		II	R\$ 6.582,20	R\$ 6.977,13	R\$ 7.395,76
		I	R\$ 6.431,07	R\$ 6.816,94	R\$ 7.225,95
	SEGUNDA	VI	R\$ 6.279,94	R\$ 6.656,73	R\$ 7.056,14
		V	R\$ 6.128,81	R\$ 6.496,54	R\$ 6.886,34
		IV	R\$ 5.977,67	R\$ 6.336,33	R\$ 6.716,51
		III	R\$ 5.826,35	R\$ 6.175,93	R\$ 6.546,49
		II	R\$ 5.675,60	R\$ 6.016,14	R\$ 6.377,10
		I	R\$ 5.524,29	R\$ 5.855,74	R\$ 6.207,09
	TERCEIRA	IV	R\$ 5.373,35	R\$ 5.695,75	R\$ 6.037,50
		III	R\$ 5.222,02	R\$ 5.535,34	R\$ 5.867,46
		II	R\$ 5.071,09	R\$ 5.375,36	R\$ 5.697,88
		I	R\$ 4.919,69	R\$ 5.214,87	R\$ 5.527,77

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

1. DA INICIATIVA DE LEI SEGUNDO A LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

Encaminha-se, para a elevada apreciação e deliberação dessa colenda Casa Legislativa, o anexo Projeto de Lei de Emenda às Leis nº 6.407, de 31 de outubro de 2019, nº 5.173, de 19 de setembro de 2013 e nº 4.516, de 25 de outubro de

2010, que dispõem, respectivamente, sobre a carreira Defensor Público do Distrito Federal, o reajuste das tabelas de vencimentos das carreiras de Defensor Público do Distrito Federal e das carreiras de Analista de Apoio Jurídico à Atividade de Assistência Jurídica e Analista de Apoio Especializado à Atividade de Assistência Jurídica, em razão da necessidade de criação de novos cargos e atualização dos seus vencimentos.

Inicialmente, importa destacar que, na esfera constitucional, o art. 134 define o tratamento da Defensoria Pública como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e, em seus parágrafos, dispõe sobre a sua autonomia (funcional, administrativa e orçamentária), além de relacionar os seus princípios institucionais.

Analisando o contexto infraconstitucional, a Lei Complementar nº 80 de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, reforçou a autonomia das Defensorias, no mesmo sentido da Constituição Federal, em seus artigos 1º, 97-A e 97-B.

Partindo para a legislação distrital, encontra-se na Lei Orgânica do Distrito Federal a competência privativa da DPDF quanto à iniciativa das leis sobre sua organização e funcionamento, por se tratar de instituição com autonomia funcional e administrativa, nos termos do art. 71, inciso V e art. 114, §4º do mesmo normativo.

Nota-se, por conseguinte, que o presente projeto de lei encontra esteio na iniciativa de lei da Defensoria Pública do Distrito Federal.

2. DA NECESSIDADE DO PRESENTE PROJETO DE LEI

Hodiernamente, os quantitativos de cargos e os vencimentos da carreira de Defensor Público do Distrito Federal seguem o disposto nas Leis de nº 6.407, de 31 de outubro de 2019 e nº 5.173, de 19 de setembro de 2013, nessa ordem. Já as carreiras de Analista de Apoio Jurídico à Atividade de Assistência Jurídica e Analista de Apoio Especializado à Atividade de Assistência Jurídica são orientadas pela Lei nº 4.516, de 25 de outubro de 2010.

Os normativos mencionados ainda remontam à época da carreira de Procurador do Distrito Federal, Assistência Judiciária do Distrito Federal e do antigo Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal – CEAJUR, o que evidencia a obsolescência das referidas leis.

Nesse prisma, passados quase dez anos da publicação da Lei nº 5.173/2013 e quase treze anos da Lei nº 4.516/2010, resta notória a necessidade de atualização do número de cargos, bem como, dos vencimentos das carreiras mencionadas, com a finalidade de valorizá-las e ampliá-las para melhor atender à população hipossuficiente do Distrito Federal.

Além disso, necessária a expansão das carreiras da Defensoria Pública do Distrito Federal tendo em vista a alta da demanda por seus serviços e crescimento das unidades jurisdicionais do Distrito Federal.

3. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

O presente Anteprojeto de Lei tem impactos orçamentários. Segundo projeção de impacto orçamentário e financeiro colacionada adiante, aponta-se diferença no montante para o ano de 2023 de, aproximadamente, R\$ 6.394.147,77 (seis milhões, trezentos e noventa e quatro mil cento e quarenta e sete reais e setenta e sete centavos) para suprir as alterações aqui propostas no tocante às carreiras de Defensor Público e de Analista de Apoio Jurídico à Atividade de Assistência Jurídica e Analista de Apoio Especializado à Atividade de Assistência Jurídica.

A despesa a ser criada referente à revisão dos vencimentos do Cargo de Defensor Público da Defensoria Pública do DF e das carreiras de Analista de Apoio Jurídico à Atividade de Assistência Jurídica e Analista de Apoio Especializado à Atividade de Assistência Jurídica tem adequação com a Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente ano, Lei Distrital nº 7.171/2022, especificamente no Anexo IV — DESPESAS DE PESSOAL AUTORIZADAS A SOFREREM ACRÉSCIMOS.

Por fim, deve-se elucidar que as diligências pertinentes à adequação das dotações orçamentárias da LOA 2023 (Lei nº 7.212/2022) ao aprovado na LDO 2023 (Lei nº 7.171/2022), em montante suficiente para atender a proposta legislativa em tela, estão em andamento, como é demonstrado pelo ofício nº 317 (112847051) que tramita no bojo do processo SEI nº 00401-00012107/2023-91.

Já os impactos da criação de cargos de Defensor Público estão previsto na LDO 2023 (Lei nº 7.171/2022) e somente tem impacto financeiro no caso de serem realizadas nomeações. Contudo, a criação dos cargos da carreira de apoio somente ocorrerá em 1º de janeiro de 2024, estando em discussão no momento a LDO daquele ano nesta casa legislativa. Ressalta-se que a Defensoria Pública do Distrito Federal encaminhou sua proposta orçamentária contemplando tal pleito.

Sendo assim, entende-se que, adotadas as cautelas aqui demonstradas, permite-se a adequada revisão dos vencimentos proposta neste projeto de lei e criação dos cargos propostos.



Documento assinado eletronicamente por **CELESTINO CHUPEL - Matr.0118377-X, Defensor(a) Público(a)-Geral**, em 16/05/2023, às 18:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **112851916** código CRC= **042D44D4**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SIA Trecho 17, Rua 7, Lote 45, 3º Andar, Sala 301 - Bairro Zona Industrial Guará - CEP 71200-219 - DF
3550-6124

00401-00012107/2023-91

Doc. SEI/GDF 112851916